

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 62
Setembro – 2005

S U M Á R I O

- 2** | *Aplicação de medidas de salvaguardas no Brasil: o caso da indústria de brinquedos*
- André Fábio de Souza
- 5** | *China – A Ascensão Pacífica e as Comemorações dos 600 Anos da Viagem de Zheng He ao Sudeste Asiático*
- Paulo Antônio Pereira Pinto
- 8** | *Comunidade Sul-Americana de Nações: implicações para a ALCA e reflexos no Mercosul*
- Gustavo M. Faverão & Haroldo Ramanzini Júnior
- 10** | *Arábia Saudita: o ponto focal da nova crise do petróleo?*
- João Fábio Bertonha
- 13** | *Restrições Voluntárias às Exportações: o caso da Comissão Bilateral de Monitoramento de Comércio entre Brasil e Argentina*
- João Augusto Baptista
- 15** | *O Perigo Oriental*
- Rodrigo Alves Correia
- 17** | *O sim de Bush e o não de Doha: convergência de pragmatismo e retórica*
- Rodrigo Cintra & Mariana Ricci

Aplicação de medidas de salvaguardas no Brasil: o caso da indústria de brinquedos

André Fábio de Souza*

Ao contrário da medida antidumping e das medidas compensatórias, uma medida de salvaguarda¹ não decorre de uma reação a uma prática desleal de comércio internacional. Ela decorre da constatação de que um determinado segmento da economia ainda não está preparado para competir em um mercado globalizado e da decisão política de desenvolver o setor no país. Além disto, as medidas de salvaguardas não são seletivas quanto a países (ou seja, *a priori*, se aplicam a importações oriundas de qualquer país) e por isso, podem ensejar compensações aos países afetados.

Para se aplicar uma medida de salvaguarda, segundo as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), é necessário comprovar o aumento de importações do produto objeto de investigação e o prejuízo grave (ou ameaça de prejuízo grave) causado à indústria nacional decorrente de tais importações. A aplicação da medida se dá pelo aumento temporário das alíquotas de importação do produto ou pela criação de um sistema de cotas de importação. No caso brasileiro, se a aplicação se der por alíquotas, estas serão adicionais à Tarifa Externa Comum (TEC).

Mas isto não é protecionismo? Isto não vai contra as idéias defendidas pela OMC? Não se trata de uma mera medida protecionista no seu sentido restrito. Trata-se do que se pode denominar paradoxalmente de “protecionismo liberalizante”. Este conceito implica vislumbrar um determinado prazo para o fim da proteção ao setor e, ao mesmo tempo, em desenvolver medidas de adequação do setor para

este fim. A própria OMC, como sucessora dos ideais e compromissos do GATT, prevê no preâmbulo do Acordo de Salvaguardas que esse acordo decorre do reconhecimento da importância do ajuste estrutural e da necessidade de potencializar a concorrência nos mercados internacionais em lugar de limitá-la.

Dois elementos caracterizadores da medida de salvaguarda corroboram a idéia de mecanismo protecionista e, concomitante e gradativamente liberalizante: a) há o compromisso do governo que aplica a medida com os demais membros da OMC de que as alíquotas serão decrescentes e, b) há o compromisso da indústria doméstica de que ela enveredará esforços para se modernizar e se adequar ao nosso perfil de uma economia ou de um setor globalizado.

Foi neste sentido que as autoridades brasileiras decidiram em 1996 pela aplicação de salvaguardas à importação de brinquedos acabados.

No período de 1992-1995, como consequência da abertura de mercado e da falta de um plano de adequação ao novo cenário competitivo internacional, a indústria de brinquedos brasileira sofreu uma crise sem precedentes. No período 1994-1995, as importações de brinquedos acabados aumentaram de US\$ 46 milhões de dólares para US\$ 145 milhões. Neste mesmo período, a participação da indústria doméstica no consumo aparente caiu 17% e o número de postos de trabalho caiu de 24,2 mil para 15 mil empregos, incluindo uma parcela terceirizada. Além disso, o Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

* Analista de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Economista, pós graduado em Contabilidade e Finanças pela UFPR e doutorando em Gestão Internacional de Empresas na Universidad de Leon – Espanha (andre.souza@desenvolvimento.gov.br) .

¹ Não se trata aqui de salvaguarda específica a que faz referência o Art. 16 do Protocolo de Acesso da República Popular da China à OMC (WT/L/432).

Exterior constatou que 501 empresas do setor fecharam, faliram ou mudaram de atividade no período 1990-1995.

Em um cenário como esse, a Associação Brasileira de Brinquedos (ABRINQ) foi a primeira entidade representativa brasileira a usar o recurso definido no artigo XIX do Acordo Geral de Tarifas de Comércio de 1994 (GATT 1994) e protocolar em abril de 1996, junto ao então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo uma petição para aplicação de medida salvaguarda sobre importações de brinquedos acabados. Dado o caráter emergencial, solicitava a aplicação de direitos provisórios para garantir a sobrevivência do setor no curto prazo e a aplicação de medida definitiva como forma de adequar o setor no médio prazo.

Seguindo os procedimentos definidos no Acordo de Salvaguardas (AS) e na legislação brasileira que o internalizou (Decreto legislativo nº 30/94, Decreto nº 1.355/94 e Decreto 1.488/95), a Portaria Interministerial nº 9, de 21/06/1996 estabeleceu a aplicação de medida de salvaguarda provisória sobre importação de brinquedos classificados nas posições tarifárias 9501, 9502, 9503 e na subposição 9504.10 da então NBM/SH. A decisão pela aplicação definitiva veio por meio de Portaria Interministerial nº 21, de 19/12/1996, e definia alíquotas adicionais à Tarifa Externa Comum (TEC) de 43% para o ano de 1997, 29% para 1998 e 15% para 1999, sobre importações de brinquedos acabados.

Em 1999, a ABRINQ, usando o art. 68 do Decreto nº 2.667/98, e os prazos definidos no art. 7º do Acordo de Salvaguarda, protocolou petição solicitando a prorrogação da medida. A Portaria Interministerial MDIC/MF nº 19, de 22/12/99, estabeleceu a prorrogação da medida por mais 4 anos. Observando o que está definido no parágrafo 4º do art. 7º do AS – no qual se prevê um desgravamento tarifário gradual –, a portaria estabeleceu as seguintes alíquotas adicionais à TEC: 14% (para 2000), 13% (para 2001), 12% (para 2002) e 11% (para 2003).

Em 2003, a ABRINQ, fazendo uso agora do art. 9º do Acordo de Salvaguardas, solicitou a prorrogação

da medida por mais dois anos e meio. Com isto, a aplicação da medida totalizaria 10 anos, que é o período máximo de aplicação permitido a um país em desenvolvimento de acordo com a OMC. O Brasil sinalizou, em Genebra, por meio da notificação G/SG/N/2Suppl.2, de 19 de dezembro de 2003, que utilizaria esse prazo. As resoluções CAMEX nº 47, de 30/12/2003 e nº 35, de 13/12/2004, instituíram as aplicações de alíquotas adicionais à TEC nas seguintes magnitudes: de 10% em 2004, 9% em 2005 e 8% de janeiro a junho de 2006.

Após nove anos de aplicação da medida, que efeitos sobre o setor podem ser atribuídas a esta medida de defesa comercial?

Observando as duas últimas feiras nacionais de brinquedos (ABRIN) ocorridas em 2004 e 2005, podem-se fazer algumas constatações:

a) muitas empresas sobreviveram ao período de crise devido à aplicação da medida. Segundo um empresário do setor: “sem a medida de salvaguarda a empresa não teria como sobreviver àquela fase de turbulências”. É evidente que muitas empresas por questões gerenciais e tecnológicas sucumbiram ainda que com aplicação da medida;

b) com a aplicação da medida, os preços internos não foram aumentados além dos índices correntes de inflação. Isto é importante, considerando que as empresas envolvidas poderiam querer aproveitar a proteção tarifária e majorar preços internos;

c) a qualidade do produto nacional melhorou bastante no período de aplicação da medida e o número de produtos certificados pelo Inmetro pode servir de *proxy* para comprovar este fato; e

d) houve um aumento na quantidade de produtos nacionais à disposição do consumidor nacional. A variedade dentro desta quantidade é grande e decorre da inovação tecnológica a que está sujeito o setor e das adequações aos diferentes segmentos do mercado (em média são lançados 1.000 brinquedos e jogos por ano).

Estas constatações são em grande parte fruto dos compromissos de ajuste assumidos pelas empresas do setor junto ao Governo e da consciência

de que a medida é longa (já se foram nove anos) mas finita.

E após junho de 2006 – quando termina o prazo de aplicação da medida – o setor de brinquedos estará pronto para competir com os produtos chineses, europeus e norte-americanos? Não se tem uma avaliação tão segura quanto a isso, entretanto, o que se pode dizer, com maior grau de segurança é que a indústria nacional de brinquedos está em melhores condições de competitividade do que estava no começo de 1995. Além disto, durante esses nove anos de medida as importações continuaram

ocorrendo (ainda que num ritmo menor), ou seja, a concorrência com o importado se fez presente (ainda que em menor grau).

Finalmente, não se pode deixar de mencionar, como bem fizeram os importadores em suas manifestações, que grande parte do prejuízo causado à indústria nacional de brinquedos decorre não da importação legal, mas do descaminho de produtos de várias origens, principalmente chinesas; e do baixo nível de renda disponível da população. Esses fatores exigem outros tipos de medida e, nesses casos, não são medidas de defesa comercial.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para meridiano47@gmail.com indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

China – A Ascensão Pacífica e as Comemorações dos 600 Anos da Viagem de Zheng He ao Sudeste Asiático

Paulo Antônio Pereira Pinto*

A China tem reiterado que sua condição atual de potência emergente deve ser entendida como uma nova fase histórica, marcada por “ascensão pacífica” do país, destinada a beneficiar seu entorno imediato e relações com o exterior.

Para reforçar esta tese, Pequim tem procurado, em 2005, apresentar, sob versão benigna, os feitos do Almirante Zheng He¹, que efetuou viagem ao Sudeste Asiático², há seiscentos anos.

Após seu périplo ao Sul das fronteiras chinesas, no século XV, durante a Dinastia Ming o Alm. Zheng He descreveu a viagem ao Sudeste Asiático, ou “Nanyang”, relatando que as relações da antiga China Imperial com aquela parte do mundo eram caracterizadas pelo tratamento diferenciado concedido a três grupos de “unidades tribais e políticas” então identificados. Hoje, tais conjuntos correspondem aos países seguintes: o constituído pela Birmânia, Laos e Vietnã; o formado pela Malásia,

Cingapura, Indonésia, Filipinas e Brunei; e o do Camboja e Tailândia³.

Assim, laços de vassalagem foram mantidos com Birmânia, Laos e Vietnã, até o final da Dinastia Qing, marcado pela instalação do sistema republicano, em 1912. A região predominantemente marítima do Sudeste Asiático – atualmente integrada por Indonésia, Malásia, Cingapura, Brunei e Filipinas – logo se separou da área de influência direta chinesa. Tailândia e Camboja ficaram em situação de dependência intermediária.

Desde o início da Dinastia Yin, em 3,000 A.C., a nação chinesa desenvolveu sua própria civilização em isolamento, sem se defrontar com concorrente algum entre as culturas vizinhas. As tribos periféricas foram sempre menos adiantadas e, com freqüência, aceitavam o Imperador chinês como seu próprio suserano.

A ausência de rivais levava os chineses a dedicarem desprezo aos povos situados em seu

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan (papinto@ms23.hinet.net). As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹ Sobre o navegador chinês do século XV, vide, entre outras fontes bibliográficas, “Zhen He – Wikipedia, the free encyclopedia” http://en.wikipedia.org/wiki/Zheng_he.

² Existem, no entanto, críticos severos da tese atual dos dirigentes chineses, quanto aos efeitos benígnos dos períolos de Zhen He. Setores de opinião descrevem suas viagens como predadoras e destinadas a criar vínculos de dependência, entre as nações “visitadas” e o então poderoso Império Chinês.

³ “There were the various tribal and political units of Burma and Laos which were overland vassals handled from Yunnan in southwestern China. Their relationship resembled that of Annam (contemporary Vietnam), although Annam had in addition, special historical and cultural relations with the Son of Heaven. There were Brunei, Sulu and other kingdoms of the eastern archipelago. There were Malacca and Acheh astride the Straits of Malacca on the way to India. There were Champa, Cambodia and Siam, each beyond Annam and yet landward and proximate. And there were Java and south-central Sumatra, the seat of past empires now weak and divided”. “China and Southeast Asia – 1402-1424”, por Wang Gung-Wu. Publicado em “Community and Nations: Essays on Southeast Asia and the Chinese”. Trabalhos selecionados por Anthony Reid. Editado pela Asian Studies Association of Australia. Heinemann Educational Books (Asia) Ltda. And George Allen and Unwin Australia, 1981.

entorno. Mesmo em momentos de fraqueza da China, quando alguns destes chegaram a invadí-la, como no caso dos mongóis (Século XII), os bárbaros acabavam sucumbindo perante a superioridade da cultura chinesa. Não havia, portanto, a noção de igualdade entre Estados.

Os chineses desenvolveram, bem cedo, uma visão sinocêntrica do mundo. Este pensamento, incluía dois componentes principais. O primeiro era a idéia de que o Imperador da China reinava sobre aquele país e as áreas vizinhas, sem que, entre estas, fosse estabelecida qualquer distinção ou limites geográficos – eram consideradas simplesmente uma vasta mancha amorfa.

O segundo aspecto dizia respeito à percepção chinesa de que o mundo – dentro dos limites então alcançáveis – poderia ser governado de forma harmoniosa e pacífica, como uma sociedade ideal, sob o mando de um Imperador virtuoso. Unidade e harmonia eram, assim, os objetivos a serem atingidos, numa visão utópica de como deveriam estabelecer-se as relações internacionais, sempre ditadas a partir de um centro de decisões localizado dentro da China⁴.

Traço também característico, resultante dessa noção de superioridade chinesa, era a atitude de desdém com respeito ao comércio internacional, delegado a populações de outras etnias.

Até o século XIX, a China permaneceu como a força política dominante, bem como o radiante centro de civilização na região, em virtude de seu desenvolvimento cultural e sofisticado sistema de organização política. Por isso, os países do Sudeste Asiático eram mais ou menos atraídos à esfera de influência chinesa, em busca de fonte de inspiração e legitimidade política. O Império chinês reciprocava, atribuindo à Nanyang vínculos especiais.

Tal coincidência de interesses gerou a formação de esquema de vassalagem em que praticamente todos os países da região pagavam tributos à China, em troca de reconhecimento, de proteção militar e assistência, quando de situações de crise. Em diferentes ocasiões, a China chegou mesmo a intervir, tanto política quanto militarmente, fosse a convite de Governos locais para restaurar a ordem, fosse por sua própria iniciativa para manter a estabilidade e a paz em suas fronteiras.

Cabe ressaltar que as relações da China com o Sudeste Asiático foram historicamente cordiais, marcadas pela busca constante do equilíbrio regional. Os chineses, sem nunca renunciarem a sua visão sinocêntrica do mundo, demonstravam determinação no sentido de pacificarem os “bárbaros” situados ao Sul de suas fronteiras, ao mesmo tempo em que procuravam transmitir-lhes suas normas de comportamento confucionista⁵.

A moldura política pretendida pelo Império do Centro, contudo, era de caráter eminentemente cultural, sem o estabelecimento de presença política direta no Sudeste Asiático, sempre que seus vizinhos não representassem ameaça ao equilíbrio da área.

Nesta perspectiva, a influência criada pela China era expressa pela sua incontestável superioridade em termos de organização política e social e produção de normas éticas de procedimento executadas exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre nações. Não se procurava o domínio econômico ou a conquista territorial dos Estados vizinhos, com o emprego da força. Como resultado, o Sudeste Asiático tinha a percepção constante da existência de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida⁶.

⁴ A respeito da projeção da influência política chinesa, na Ásia Oriental, vide “East Asia - Tradition and Transformation”, por John K. Fairband, Edwin O. Reischauer e Albert M. Craig. Modern Asia Editions. 1976.

⁵ Sobre as normas de comportamento confucionistas, bem como a moldura política pretendida pelo Império Chinês, vide, entre outras obras “A Source Book in Chinese Philosophy”, traduzido e organizado por Wing-Tsit Chan, publicado pela “Princeton University Press”, New Jersey, em 1973.

⁶ Vide “A China e o Sudeste Asiático”, por Paulo Antônio Pereira Pinto, Editora da Universidade – UFRGS. 2000.

É esta imagem, portanto, que Pequim pretende resgatar, ao recapitular sua versão dos efeitos da viagem do Almirante Zhen He, em 1405, ao Sudeste Asiático. Procura-se, então, identificar nas “intenções pacíficas” daquele périplo, exemplo da permanente busca de “harmonia” – em oposição a “hegemonia” – nas relações da China com seus vizinhos ao Sul de suas fronteiras.

O Partido Comunista Chinês, portanto, se esforça, tanto no plano interno, quanto no das relações chinesas com o exterior, no sentido do convencimento de que, em todos os momentos de emergência do país – há 600 anos, como agora – a China pode ser forte, enquanto não representa ameaça regional ou mundial.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Comunidade Sul-Americana de Nações: implicações para a ALCA e reflexos no Mercosul

Gustavo M. Faverão*

Haroldo Ramanzini Júnior**

Fica evidente, desde a última década do século XX, que os grandes temas da política externa repercutem de forma crescente no debate público interno. Antes reservadas à cúpula estatal, as questões referentes às negociações, na esfera da OMC, ALCA, Mercosul e Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), ocupam cada vez mais espaço nos meios de comunicação, nos órgãos representativos de classes¹ (como FIESP e CUT, por exemplo) e nos trabalhos acadêmicos. Isso aponta para uma significativa integração entre o espaço nacional e o espaço global.

No que diz respeito às negociações para a criação da ALCA, configura-se o impasse, em decorrência da rígida postura assumida pelos dois principais negociadores do bloco hemisférico. Enquanto os EUA insistem em regras OMC-Plus para serviços, compras governamentais, investimentos e propriedade intelectual; a posição brasileira, por sua vez, centra-se no comércio agrícola e no acesso a mercados. No mais, os norte-americanos frustram consideravelmente o Itamaraty, ao mostrarem-se reticentes quanto à inclusão, na pauta negociadora, de temas como regras antidumping e subsídios.

Destarte, frente à paralisação das negociações para a implantação da ALCA, a estratégia adotada pela diplomacia norte-americana tem sido a de realizar, mesmo que com sucesso questionável, diversos acordos comerciais bilaterais ou trilaterais com outros países do continente. Esse jogo busca, pois, entre

outras coisas, isolar o Brasil e pressioná-lo na mesa de negociações do acordo hemisférico.

O Brasil, em contrapartida, procura responder na mesma moeda, adotando estratégia semelhante. Todavia, a eficácia dessa opção comporta algumas reflexões. Assim sendo, se voltarmos os olhos para as ações do Itamaraty, nos últimos anos, constatamos um árduo trabalho no sentido de apresentar opções à ALCA, objetivando potencializar a capacidade negociadora do Brasil nas arenas comerciais, tanto no âmbito regional, quanto multilateral. Nessa dupla perspectiva, os acordos foram incrementados, buscou-se a integração com a América Centro-Sul e tomou-se a iniciativa de aproximação com os países chamados “do Sul”. Um dos exemplos dessa tentativa de oferecer opções à ALCA e qualificar-se como *global trader* depreende-se do decisivo apoio brasileiro para a criação, em dezembro de 2004, da Comunidade Sul-Americana de Nações. Uma breve análise desse acontecimento pode nos apontar seus efeitos com relação à ALCA e reflexos no Mercosul.

Na Reunião de Cuzco, que inaugurou a CSN, a ausência mais sentida foi a de Nestor Kirchner. Além de demonstrar abertamente seu desinteresse com relação à proposta de criação da CSN², o presidente argentino também não compareceu à reunião do Grupo do Rio (países da América do Sul e do Caribe), em novembro de 2004, no Rio de Janeiro. A fragilidade da Comunidade Sul-Americana de Nações manifesta-

* Mestrando em Ciências Políticas na UNESP – Marília (gufavero@gmail.com) .

** Bacharelado em Relações Internacionais na UNESP – Marília.

¹ O Plebiscito contra a ALCA, realizado em setembro de 2002 e a criação e atuação da CEB (Coalizão Empresarial Brasileira) são emblemáticos e ilustram bem o papel mais ativo assumido pela sociedade civil nas questões internacionais.

² Nas palavras do chanceler argentino Rafael Bielsa, “Temos um déficit institucional no Mercosul que nos parece que está como prioridade para se solucionar antes de dar instituições à Comunidade Sul-Americana”. (In BANDEIRA, Moniz. *As disputas no peronismo e as relações Argentina*. Jornal Folha de São Paulo, 05/05/2005).

se ainda na preocupação de países como Chile e Colômbia de que essa união torne-se palco de discursos ideológicos que afrontem seu maior parceiro comercial, os EUA. Além do mais, não se definiu nenhum cronograma que indique a consecução de medidas que tornem essa união algo efetivo.

Apesar dessas constatações, é importante atentarmos para a idéia de que a integração entre Mercosul e Comunidade Andina de Nações busca superar a marginalização do continente latino-americano no jogo global de poder. Os acordos tarifários acenam com a possibilidade de se concretizar uma área de cooperação na região, assim como definir uma decisão estratégica de se salvaguardar a liberalização comercial que se desmembra com a proposta da Alca. Estes são os argumentos construídos pela diplomacia brasileira que tem como objetivo maximizar os interesses nacionais no cenário internacional. Todavia antes de aprofundar os esforços na edificação da CSN é preciso resolver os cruciais desafios que têm sido colocados no âmbito do Mercosul.

Em síntese, o cenário que temos à nossa frente é o do nascimento de um organismo que parece encontrar dificuldades já na sua gestação, mas que, mediante as condições expostas, pode favorecer o

Brasil em seu fortalecimento no cenário internacional e, por conseqüência, nas negociações da ALCA. Entretanto, é preciso que se atente ao possível viés desestabilizador que a Comunidade possa estar exercendo sobre o Mercosul, aflorando ainda mais as desavenças conceituais existentes no seio do Bloco.

Nesse contexto, seria válido imaginar que uma estratégia brasileira mais positiva talvez trilhasse por dois caminhos: por um lado, dever-se-ia trabalhar e concentrar forças na construção de acordos bilaterais com países da região, um a um, a exemplo do que fazem os Estados Unidos. Nessas circunstâncias, as arestas a serem aparadas seriam consideravelmente menores do que tratar a questão como um todo, como é o caso da CSN. Numa outra frente diplomática, o Brasil deveria concentrar esforços na questão do Mercosul, olhando mais de perto as carências e necessidades do processo. Antes de se empenhar na construção de uma comunidade que englobe todos os países sul-americanos, talvez fosse mais significativo trabalhar de maneira mais incisiva em busca da pulverização dos focos de desavenças na esfera do Mercosul. Tese esta que justifica a progressiva integração sul-americana, posto que a base estaria pronta para suportar os atritos e dificuldades inerentes a uma união de maior porte.



Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

Arábia Saudita: o ponto focal da nova crise do petróleo?

João Fábio Bertonha*

Os preços internacionais do petróleo têm atingido, recentemente, níveis inéditos. Dada a importância do óleo negro para a economia internacional, não espanta como os analistas estejam procurando ansiosamente por elementos para definir se a atual alta de preços é algo passageiro ou se veio para ficar.

É difícil fazer uma avaliação precisa do que deve, potencialmente, ocorrer. Na alta atual, há um quê de especulação, típica de qualquer mercado capitalista. Pesam também elementos mais concretos, como a falta de investimentos das grandes companhias petrolíferas nos anos 90 (quando os preços estavam baixos e não compensava colocar em produção campos menores ou mais afastados), a turbulência em alguns produtores chave, como o Iraque, e o crescente apetite dos asiáticos, especialmente da China, pelo produto. Em longo prazo, pesa, evidentemente, o fato óbvio de que o petróleo é um recurso natural finito e que inevitavelmente vai acabar.

Enfim, a avaliação mais razoável a partir do quadro atual (supondo, evidentemente, que nenhuma inovação tecnológica ou grande descoberta geológica mude a situação de forma radical) é que os preços do petróleo podem até mesmo abaixar em curto prazo, como ocorre em qualquer ciclo especulativo, e se manter e/ou crescer moderadamente no médio (a medida em que novos campos forem postos em operação, por exemplo), mas que, em longo prazo, a tendência natural é de aumento contínuo.

Frente a esse quadro, a busca de alternativas é algo lógico. Energia eólica ou geotérmica, células de hidrogênio, fusão nuclear e outras opções estão em estudo, mas nenhuma conseguiu, ainda, se apresentar como uma alternativa convincente ao petróleo. Mas,

havendo tempo, acredito que a própria dinâmica do mercado capitalista estimulará uma solução. Afinal, a empresa ou grupo que conseguir apresentar um substituto adequado ao petróleo como nossa matriz energética básica terá descoberto a pedra filosofal e acredito que esse momento virá, nas décadas a seguir.

Esse é o cenário mais provável e, provavelmente, o mais otimista, pois só um aumento contínuo e gradual dos preços daria às sociedades industriais o tempo e o estímulo necessários para elas se adaptarem ao fim da era do petróleo barato. O problema é que tal transição relativamente suave pode ser ameaçada facilmente por um novo “choque do petróleo”, em que os preços poderiam chegar, em um período curto, a casa dos, digamos, 100 ou 200 dólares por barril, o que virtualmente paralisaria o mundo.

Na verdade, o equilíbrio produção-consumo do petróleo hoje está tão precário que qualquer acontecimento, mesmo nas franjas do sistema, tem potencial para causar alterações radicais nos preços. O furacão Katrina, por exemplo, ao destruir uma parte razoável das plataformas do mar do Caribe, já causou oscilação razoável no mercado e, no futuro, talvez até dificuldades em produtores menores possam causar flutuações relevantes nos preços.

Ainda assim, basta fazer uma avaliação dos pontos mais fracos da cadeia de produção-distribuição-consumo do petróleo hoje para identificar onde há os maiores riscos de ruptura.

No campo do refino e da demanda, há vários elementos desestabilizadores, como a falta de refinarias nos Estados Unidos, custos crescentes de prospecção e exploração e o já mencionado apetite asiático pelo óleo negro. A meu ver, contudo, problemas de distribuição, refino e demanda aquecida

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

não têm potencial de causar uma nova crise do petróleo, pois seus efeitos tendem a ser diluídos no tempo.

O que realmente poderia abalar o mercado internacional seria um colapso ou saída repentina de um dos principais produtores. Assim, a instabilidade política na Rússia ou na Venezuela, uma guerra civil no Iraque ou uma invasão norte-americana do Irã com certeza afetaria radicalmente o mercado internacional de energia.

Esse abalo seria, contudo, uma catástrofe se afetasse os poços da Arábia Saudita. Com 262 bilhões de barris de reservas e 8,5 milhões de barris de produção diária, os sauditas, apesar de não dominarem mais o mercado como a décadas atrás, ainda são, de longe, os mais robustos participantes desse jogo. E, isso, não apenas pela sua produção e reservas, mas também pelos custos de extração do seu petróleo serem incrivelmente baixos e pela sua capacidade produtiva ociosa.

O grande problema é que a Arábia Saudita é uma das mais sérias candidatas a uma explosão social e política nos próximos anos. Em termos políticos, ela ainda vive na Idade Média. O poder é herdado e concentrado na família real, da casa de Saud. Existem pelo menos cinco mil príncipes e os agregados são ainda mais numerosos, todos vivendo luxuosamente, as custas dos cofres públicos. Não há Constituição nem partidos políticos, os direitos das mulheres são inexistentes, a liberdade religiosa é restrita, etc.

A religião sempre foi uma firme aliada da casa de Saud desde a ascensão desta ao poder em 1932 e a Arábia Saudita é a mais antiga teocracia islâmica do mundo, forjada nos princípios do wahabismo, uma versão radical do Islã. Até hoje, o país é conduzido pelas leis islâmicas, com os costumes fortemente monitorados por uma polícia própria e onde um ódio intenso ao Ocidente prolifera. É um regime que não tem nada a dever ao dos aiatolás no Irã ou ao do Taleban no Afeganistão.

Esse regime sempre foi extremamente pragmático, na verdade, e isso permitiu a sua sobrevivência. Os clérigos muçulmanos têm liberdade

para difundir a sua mensagem radical entre a população e também fora do país, desde que não questionem os hábitos, as atitudes e o poder da família real. O poder e a riqueza sempre pertenceram à elite, mas destinou-se uma boa parcela dela para a criação de uma ampla rede de benefícios sociais, aplacando as tensões populares. Por fim, apesar do ódio ao Ocidente, mantém-se uma firme aliança com os Estados Unidos, que protege e defende a Monarquia, como fez em 1990 quando das ameaças de Saddam Hussein.

O grande problema é que este arranjo pragmático talvez não consiga ser mantido mais tempo e isso, inclusive, porque ele libertou forças que podem acabar por destruí-lo. Em primeiro lugar, o país está diante de uma bomba relógio demográfica. Nos últimos vinte anos, a população, talvez animada pelos benefícios sociais, triplicou e, como consequência, a renda per capita do país desabou. A população é jovem, cresce explosivamente e, mesmo com os preços altos do petróleo nos dias de hoje, não há recursos para manter os imensos benefícios sociais de anos atrás. Os sauditas ainda são ricos e prósperos, mas o descontentamento com essa realidade perdulária que não presta contas a ninguém e o bem-estar declinante (inevitável, aliás, para um país que vive de rendas e não produz quase nada além de petróleo) gera potencial para crises.

Depois, após anos submetidas e cooptadas pela família real, as forças do islamismo radical estão começando a sair de seu controle. Apesar da firme repressão contra os que questionam as decisões da monarquia, aumenta o número dos que não conseguem aceitar a corrupção da família real e, especialmente, a aliança com os Estados Unidos. Não espanta, aliás, que a origem da Al Qaeda e de Bin Laden seja a Arábia Saudita e que quinze dos dezenove terroristas do 11/9 fossem sauditas. Para piorar, apesar da aliança Washington-Riad continuar firme, setores do governo norte-americano a questionam e pressionam por reformas. O regime vive um impasse.

O grande dilema é que todas as soluções disponíveis parecem precárias. A elite saudita pode

tentar, como parece provável, manter tudo como está ainda por algum tempo, mas é difícil acreditar que essa solução possa ser eterna. Haveria a possibilidade de tornar o país uma teocracia islâmica ainda mais rígida, o que acalmaria os descontentes islâmicos, mas desagradaria aos Estados Unidos, que ainda são os fiadores da soberania saudita, e a boa parte da família real, o que a torna pouco provável.

Por fim, poderia acontecer uma abertura do sistema, permitindo liberdade política e eleições, o que aliviaria parte da pressão popular e dos Estados Unidos por mudanças. Este parece ser o cenário mais plausível quando ficar evidente que a situação atual não pode mais ser mantida e as pressões crescerem. O problema é que tal abertura levaria, provavelmente, dado o prestígio do islamismo radical no país, a um aumento

razoável da influência desta nos assuntos do país ou, no limite, à queda da Monarquia e a ascensão de um Bin Laden ou semelhante ao poder. Tal ascensão seria um pesadelo para os Estados Unidos e para o mercado mundial do petróleo, pois um governo fundamentalista, apesar de, provavelmente, continuar vendendo (até por necessidade) o seu único produto de exportação, poderia impor condições tais que elevariam os preços à estratosfera.

Enfim, os azares da História reuniram, no mesmo lugar, a mais sensível região do mundo no que se refere ao equilíbrio petrolífero mundial e uma das prováveis candidatas à convulsão social e política. Se os analistas do petróleo querem saber como será a situação, nesse campo, nos próximos anos, talvez seja uma boa aposta olhar para Riad e para os desertos que a rodeiam.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2005 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Restrições Voluntárias às Exportações: o caso da Comissão Bilateral de Monitoramento de Comércio entre Brasil e Argentina

João Augusto Baptista*

As restrições voluntárias às exportações (RVEs) são uma das mais importantes barreiras não tarifárias e, segundo Krugman (1999), são um dos “instrumentos preferidos da política de comércio da atualidade”¹. Apesar de ser um tema recorrente na política comercial de várias das principais potências comerciais ao longo dos anos², a negociação de RVEs é um tema novo no relacionamento entre Brasil e Argentina e com perspectivas para importantes desdobramentos futuros.

As RVEs ocorrem quando um país importador induz uma outra nação a reduzir suas exportações, sob a ameaça de restrições comerciais mais elevadas, quando tais exportações ameaçam alguma indústria do país importador. As RVEs implicam na criação de uma cota imposta pelo país exportador, ao invés de ser imposta pelo importador. Este tipo de barreira é criada geralmente por pedido do país importador e recebe apoio do exportador para evitar maiores restrições comerciais. Quando a imposição de RVEs bem sucedida, estas restrições produzem todos os efeitos das cotas de importação, exceto pelo fato de que são administradas pelo país exportador.

O pano de fundo para as negociações de RVEs no Mercosul é o mal-estar dos industriais argentinos com o aumento das exportações do Brasil. Esse movimento, segundo os empresários, estaria

prejudicando a indústria argentina. Empresários argentinos dos setores com maiores assimetrias no comércio bilateral vêm pressionando o governo para que tome medidas contra a suposta “invasão” dos produtos brasileiros no mercado local. Segundo os empresários e alguns negociadores argentinos, o crescimento das vendas externas com destino à Argentina prejudica a indústria local e a recuperação da economia do país.

Desta forma, para regular as negociações entre os setores privados de Brasil e Argentina, foi criada em agosto de 2003, a Comissão Bilateral de Monitoramento de Comércio. A Comissão visa abrir um canal de negociação entre os empresários e governos dos dois países para negociar restrições quantitativas ao comércio bilateral dos setores produtivos com assimetrias. Desde 2003, durante as reuniões desta Comissão, foram negociados acordos para eletrodomésticos da linha branca e produtos têxteis. Segmentos como calçados, vinho e arroz continuam em negociação.

Cada um desses acordos negociados no âmbito da Comissão de Monitoramento teve suas particularidades. No caso do *denim* (tecido para a confecção de jeans), foi fixada uma cota 15,8 milhões de metros lineares para as importações provenientes do Brasil, sendo que em 2003 as importações foram

* Economista e Analista de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC (Joao.Neto@desenvolvimento.gov.br)

¹ Ver Krugman (1999) em *Economia Internacional: Teoria e Política*, Editora Makron Books.

² Para conhecer outros exemplos históricos de RVE ver Krugman (1999, pg 208). Krugan discute o caso das exportações japonesas de automóveis para os Estados Unidos.

³ Pela proposta Argentina, seria necessário para equilibrar o comércio no Mercosul a criação de um “gatilho” cambial e macroeconômico para a adoção automática de salvaguardas. Isso significa que as salvaguardas, que podem ser cotas ou tarifas, seriam adotadas sempre que as taxas de crescimento do PIB forem muito dispares ou a variação da cotação entre as moedas (real ou peso) ultrapassar um percentual a ser definido.

de quase 20 milhões. No caso dos fios acrílicos, foi estabelecida uma restrição em termos do preço mínimo (US\$ 3,76 / Kg), que começou a vigorar a partir de abril de 2004. No que tange aos tecidos de algodão com fios coloridos, foi acordada uma cota de 980 toneladas/ano, quando em 2003 as importações oriundas do Brasil alcançaram 1380 toneladas. Por último, no caso dos tapetes foram estabelecidos preços mínimos em função dos diferentes tipos de produtos.

Em relação aos eletrodomésticos de linha branca também houve acordo entre os setores privados para restringir as exportações brasileiras para a Argentina. As vendas de fogões brasileiros foram limitadas a 95 mil unidades, cota válida até o final de 2005, quando o acordo será renegociado. Para refrigeradores, em 2005, foi negociada uma cota de 316.250 unidades, o que representa 50% do mercado argentino. Este volume foi distribuído em 26.354 unidades mensais, com uma flexibilidade de variação quantitativa de até 10% destes montantes mensais. O acordo determina que as importações de terceiras origens não podem exceder 18.975 unidades anuais. Para as máquinas de lavar roupas foi negociada cota de 180 mil unidades anuais com licença não automática de importações, sendo dividida da seguinte forma: 58% do total no primeiro semestre do ano e 42% no último.

Uma série de críticas podem ser feitas à criação de RVEs no comércio entre Brasil e Argentina. Naturalmente, a diferença de especialização e produtividade entre os dois principais sócios do Mercosul produz assimetrias no intercâmbio em vários setores. E se encararmos essas assimetrias como vantagens comparativas de cada país, temos um sério problema, já que o principal benefício de um mercado comum surge justamente dessas diferenças. O Brasil deve produzir e vender aos sócios do Mercosul aquilo que produz com mais eficiência e comprar dos demais países do bloco seus produtos de maior competitividade. Só desta forma é possível obter no

Mercosul uma maior disponibilidade de bens e serviços, incrementando o bem-estar econômico dos residentes da região.

A Comissão de Monitoramento, paralelamente à discussão relativa a imposição de RVEs, deve também propor medidas que minimizem os impactos provenientes das diferenças de escala e produtividade entre a indústria brasileira e argentina, já que as RVEs não atacam a raiz do problema, eminentemente estrutural. A posição de força da Argentina, ao ameaçar a imposição de salvaguardas³, logicamente induz aos empresários a chegarem a um acordo, evitando maiores restrições ao comércio bilateral. É necessário, para solucionar definitivamente este tipo de queixa, integrar verdadeiramente as cadeias de produção, estimular a criação de economias de escala, incentivar o intercâmbio tecnológico, discutir as diferentes estruturas de financiamentos, estrutura tributária, logística, entre outras variáveis.

Outra limitação das RVEs é a pouca eficácia na limitação das importações. A experiência histórica mostra que os exportadores, com o tempo, tendem a preencher suas cotas com unidades do produto que apresentem qualidade e preços mais elevados. Além disso, via de regra, as RVEs não impedem que outros países ocupem o espaço que foi deixado pelo país que limitou suas exportações.

A lógica das RVEs, como vimos, é oposta aos princípios do mercado comum e qualquer outro esquema de integração comercial, mas é, no momento, o único instrumento disponível para evitar maiores empecilhos ao comércio bilateral no longo prazo. Até o momento têm-se buscado apenas saídas parciais para os problemas do relacionamento bilateral, como a criação da Comissão de Monitoramento do Comércio Argentina-Brasil. No entanto, ainda não foi encontrada uma solução efetiva para o problema, que tem conotações estruturais e requer, portanto, um tratamento direcionado e de longo prazo que busque harmonizar as diferenças industriais e econômicas de Brasil e Argentina.



O Perigo Oriental

Rodrigo Alves Correia*

Desde que se começou a falar em conflito de civilizações, a idéia de perigo oriental vem ganhando força. Sejam os árabes, sejam os chineses ou os hindus, o oriente é ameaçador para os ocidentais.

O terrorismo islâmico é de certo modo incompreensível para os ocidentais, que não conseguem conceber o ideário por trás do auto-sacrifício e da auto-imolação. O terror que estes grupos infringem ao ocidente deriva tanto do medo da violência quanto da incompreensão de suas ações. Como combater aquilo que essencialmente não compreendemos?

Os hindus parecem exóticos demais, e sua cultura não possui viés agressivo em relação ao ocidente. As pretensões hindus de hegemonia esbarram nas imensas dificuldades políticas, culturais, econômicas e sociais enfrentados no caminho do desenvolvimento econômico, e que têm se constituído num entrave para que se possa transformar o país efetivamente numa potência. Embora haja uma possibilidade de que isso venha a ocorrer, a “ameaça” representada pela Índia ainda não é efetivamente levada à sério, a não ser em algumas áreas muito específicas, como é o caso da criação de softwares complexos, com finalidade corporativa e que no entanto, jamais conseguiram atingir o grande público.

A China é atualmente o grande “perigo”. No entanto, quem tem medo dos chineses? As razões do temor estão quase totalmente ligadas às questões econômicas, de modo que o temor existente deriva da concorrência implacável dos produtos oriundos do antigo “império do meio” a preços impossíveis de ser igualados. Tais razões parecem-me superficiais, ou pelo menos têm sido tratadas de forma a deixar de lado o cerne da questão.

Inicialmente é necessário determinar um pouco mais claramente o que seria esse “ocidente”. A

civilização greco-romana deixou marcas indeléveis no homem ocidental. Os ideais da democracia e república das cidades-estado gregas e o direito romano até hoje norteiam o pensamento político e social no mundo ocidental, o teatro grego com suas comédias e tragédias contribuiu de forma incisiva na formação do caráter e na noção de indivíduo. A matriz religiosa judaico-cristã explica muito sobre a forma de pensar e agir no ocidente, sobre as visões de mundo, sobre as relações intergrupais e inter-indivíduo, ou seja, nas relações com o outro. Neste sentido, a revolução francesa e a definição dos ideais de direitos da burguesia que rejeitava o autoritarismo, o direito divino e a intervenção do Estado e das instituições na vida do indivíduo vieram reforçar ainda mais este caráter próprio e peculiar do jeito de ser dos ocidentais. Este ocidente pode ser entendido em sentido estrito, ou seja, como o “centro” capitalista ocidental, composto basicamente pela Europa ocidental e pelos Estados Unidos (incluindo-se aí também Canadá e Austrália), ou em sentido mais amplo, incluindo América como um todo, a Europa ampliada, inclusive com os Estados Bálticos, o Japão cada vez mais ocidentalizado, além de Israel, a cabeça de ponte dos EUA no oriente médio. Esta lista não encerra a discussão, visto que outras pessoas poderiam ter idéias diferentes sobre sua composição. Uma definição precisa sobre os contornos do ocidente não é, no entanto, a intenção deste artigo, nem configura um elemento fundamental para a compreensão da idéia central aqui abordada.

O oriente poderia aqui ser entendido também em sentido estrito, ou seja, basicamente o extremo oriente (China e tigres Asiáticos, podendo incluir ao sabor de cada possível abordagem, o Japão), ou em sentido mais amplo, incluindo também Ásia central, Rússia, o sudeste asiático como um todo, a Índia, o oriente médio.

* Cientista Político, Mestrando Em Ciências Sociais e ex-professor conferencista da UNESP Universidade Estadual de São Paulo, Campus de Marília. Pesquisador da temática de Integração Regional no Mercosul (alcartur@pop.com.br).

O principal do medo do ocidente em relação ao oriente, concentra-se no “oriente estrito”, e deriva da perda de competitividade do setor produtivo ocidental, ocorrida parcialmente em função da excelência técnica e acadêmica alcançada no extremo-oriente, proporcionada por sistemas educacionais excepcionalmente bem conduzidos e que criam engenheiros extremamente capazes em proporção igual ou superior aos países mais avançados do ocidente. A origem principal da grande competitividade destes países deriva, no entanto, principalmente de práticas econômicas tidas como predatórias, tais como a exploração desenfreada de recursos naturais e humanos. Certamente tais práticas não são exclusivas do oriente, o diferencial neste caso é a virtual ausência de interdição moral a este tipo de conduta. Madeiras coreanas arrancam até o último broto das florestas onde atuam; nuvens de poluição cobrem extensas áreas, abrangendo vários países cobrindo a luz do sol, sem causar efetivo espanto ou mobilização popular contra a degradação ambiental; o trabalho escravo ou em condições degradantes além de contar com o descaso ou conivência das autoridades (nisto o oriente também não detêm exclusividade), é visto com relativa naturalidade pela sociedade em geral.

Recentemente, o “The Guardian”, publicou matéria denunciando a utilização de restos humanos obtidos em cadáveres de presos executados, como matéria prima por uma empresa chinesa fabricante de cosméticos, cujos representantes alegam ser uma prática tradicional absolutamente normal. A

superpopulação alia-se aos aspectos culturais que subvalorizam o indivíduo e a vida humana em especial na China autoritária, tornam os países deste “Oriente estrito” excepcionalmente bem dotados de ferramentas para enfrentar a livre concorrência detonada pelo próprio ocidente, com a chamada globalização. Virtualmente não há restrições ao grau de superexploração do trabalho na busca do barateamento e da competitividade.

Após as revoluções burguesas no ocidente, uma série de direitos passa a ser “garantida” aos cidadãos, ainda que apenas e tão somente a partir do ponto de vista formal. Os direitos humanos igualam todos os seres humanos e delimita aquilo que seria tolerável ou desejável nas relações entre os indivíduos, e nas relações sociais mais gerais. As potências ocidentais mais importantes têm se destacado pela defesa, ainda que retórica quase na totalidade dos casos, destes “valores” ou direitos.

Na medida em que a própria origem da globalização origina-se da quebra da solidariedade social representada pelo Estado do bem-estar social em função do interesse na obtenção de ganhos de produtividade, resta saber se no caso de uma ampla prevalência deste oriente do ponto de vista econômico-comercial, com a ascensão da China como provável potência hegemônica ainda neste século irá levar a uma “orientalização” do ocidente como forma de manter sua competitividade relativa, e ao abandono dos valores tradicionais do ocidente. Eis o perigo real do oriente.



O sim de Bush e o não de Doha: convergência de pragmatismo e retórica

Rodrigo Cintra*

Mariana Ricci**

Nas relações internacionais as palavras têm a mesma importância que os atos, sobretudo quando ambas são originadas em potências. Dessa forma não basta apenas falar, ou agir, é preciso fazer os dois. Por mais que na maior parte das vezes as palavras pareçam negar as ações, uma leitura mais cuidadosa nos mostra que na verdade uma constrói a outra.

O discurso do presidente Bush sobre a abertura comercial americana – na Assembléia Geral das Nações Unidas em 14/09 – apesar de ter provocado um efeito positivo na comunidade internacional, aparentemente não passa de um exercício de retórica.

Às vésperas do fim da Rodada Doha – em dezembro, com a reunião Ministerial da OMC em Hong Kong – falar em diminuição de subsídios e retirada de barreiras comerciais é tentar tirar a culpa da derrota sobre si mesmo, nos cinco minutos finais.

Desde o início da Rodada Doha, União Européia e Estados Unidos foram os dois representantes com as maiores ressalvas relativas às barreiras comerciais e principalmente diminuição de subsídios. O aumento de benefícios concedidos aos setores do algodão, milho e soja nos EUA, no início de 2005, de 344%, 327% e 246%¹ respectivamente, deixam claro que os EUA não estão dispostos a comprometer a competitividade e lucratividade de sua agricultura.

Sabe-se que o setor agrícola americano mantém sua alta produtividade mediante os incentivos governamentais para produção e exportação e por meio das barreiras comerciais para importações. Qualquer abertura mínima do mercado americano

para outras localidades – como o caso do açúcar caribenho no CAFTA-DR – já causam polêmica e mobilizam os senadores no Congresso bem como os grupos de interesse.

Também, o discurso do presidente Bush tem como ponto de apoio a União Européia, pois a abertura americana está diretamente condicionada à Europa. Desta maneira, Bush afasta ainda mais as possibilidades de que a Rodada Doha seja concretizada de fato, visto que o volume de incentivos agrícolas na União Européia é maior e a sua retirada (ou mesmo diminuição) envolve políticas regionais com impactos nacionais.

Desta maneira os EUA tiram de seus ombros a culpa por uma Rodada Doha ineficiente, pois há um compromisso (verbal) do país² com a implementação da agenda comercial exigida, mas somente caso os demais prévios opositores façam o mesmo.

Ainda que a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) já esteja programada – com a redução dos subsídios a partir de 2007 – ela ainda é bastante controversa, com muitos países contrários a sua vigência (como França e Portugal), e não abarca as exigências do grupo de países em desenvolvimento (G-20). Além disso, no sítio da própria instituição, também está vinculada a diminuição dos subsídios europeus aos demais países: “(...) preparando a UE para o ciclo de Doha de liberalização do comércio internacional, foi já apresentada uma proposta da UE para a eliminação das subvenções à exportação na

* Diretor da Focus R.I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais e Vice-Presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira de São Paulo (ulhoacintra@gmail.com).

** Consultora da Focus R. I. – Assessoria & Consultoria em Relações Internacionais (www.focusri.com.br)

¹ Com base em dados do Ícone: **Subsídios nos EUA vão crescer US\$ 14 bi in ____iconebrasil.org.br** acesso em 21 set 2005.

sua globalidade; o êxito desta proposta dependerá de uma atitude idêntica por parte dos outros países (...)”³.

Neste sentido, não há como considerar o discurso do presidente Bush como possível ou mesmo plausível, visto a iminência do fechamento da Rodada e o condicionamento americano à abertura europeia ele se transforma em retórica vazia, que resgata os sempre valores comuns de diminuição da pobreza e livre-comércio.

Considerando também a importância da agricultura para a formação da União Europeia, é improvável que no, curto ou médio prazo, o cenário comercial do bloco mude substancialmente. Desta forma, os EUA não firmam compromisso algum, a não ser com seu setor agrícola doméstico, que tem a garantia da manutenção de subsídios, sejam os contra-cíclicos (permitidos por lei) ou aqueles para exportação ou adequação ecológica da produção; e no final esses subsídios serão revertidos em votos, dinheiro para campanha e apoio político nas próximas

eleições, tanto para os republicanos, quanto para os democratas.

O referido discurso do presidente Bush não é apenas uma peça de retórica ou um falso testemunho, é a resultante da atual fase de negociações comerciais internacionais que hoje vivemos. A complexidade dos pontos não permite o estabelecimento de barganhas cruzadas simples, como ocorreram em algumas rodadas do GATT ou mesmo da OMC.

Estamos num momento no qual o comprometimento com a continuidade das negociações é fundamental inclusive para se evitar um possível retrocesso no que já foi negociado. Por outro lado, a quantidade e intensidade dos interesses envolvidos passa a exigir uma dinâmica negociadora ainda não existente, envolvendo o comprometimento mútuo de atores que operam em níveis sub-nacionais.

Entender a importância das palavras, nesse momento, é uma importante forma de compreensão da realidade internacional.

² Os Estados Unidos “estão dispostos a eliminar todas as tarifas, subsídios e outras barreiras ao livre-trânsito de produtos e serviços se outras nações fizerem o mesmo”. Discurso do Presidente Bush na Assembleia Geral da ONU em 14 set 2005 fonte: www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050914_bushonu.shtml acesso em 21 set 2005

³ www.europa.eu.int/pol/agr/overview_pt.htm acesso em 21 set 2005.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Editor-assistente: Rogério de Souza Farias

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Argemiro Procópio Filho,

Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Tânia Pechir Manzur.

Projeto Gráfico: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br